



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 6 de maio de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

PORTARIA CONJUNTA SPI/SEMIL/ARTESP Nº 04, DE 28 DE ABRIL DE 2026

Institui o Programa de Prevenção, Preparação, Monitoramento e Combate a Incêndios em Rodovias no Estado de São Paulo (PPMCI) e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, o SECRETÁRIO DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS e o DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARTESP), no uso de suas atribuições legais,

DISPÕEM:

Artigo 1º - Fica instituído o Programa de Prevenção, Preparação, Monitoramento e Combate a Incêndios em Rodovias no Estado de São Paulo (PPMCI), aplicável às rodovias estaduais concedidas ou sob gestão do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER/SP), com as seguintes diretrizes:

- I - promover a cooperação entre órgãos públicos e atores privados, visando à integração de competências e obrigações dos órgãos próprios;
- II - adotar a prevenção como política pública transversal, com medidas conjuntas e obrigatórias para os responsáveis pela fiscalização e operação das rodovias;
- III - uniformizar critérios técnicos e diretrizes de prevenção, bem como a fiscalização do seu cumprimento pelos órgãos competentes.

Artigo 2º - Para os fins desta Portaria, aplicam-se as definições previstas na legislação vigente, acrescidas das seguintes:

- I - Aceiro: descontinuidade linear produzida preventivamente na vegetação, ancorada em barreiras de ocorrência natural ou artificial, confeccionada de modo manual ou mecanizado com a finalidade de conter a propagação de incêndios;
- II - Material combustível: todo e qualquer tipo de vegetação, viva ou morta, disponível para queimar.
- III - Monitoramento: vigilância contínua das áreas sob gestão, por meio físico, eletrônico ou equivalente, para identificar em tempo real as áreas com maior incidência de incêndio de

acordo com a zona de calor;

IV - Plano de Manejo Integrado do Fogo (PMIF): instrumento de planejamento e gestão plurianual elaborado por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, de maneira participativa, para a execução, a integração, o monitoramento, a avaliação e a adaptação de ações relacionadas com o uso de queimas prescritas e controladas e a prevenção e o combate aos incêndios florestais, bem como a estrutura necessária, com vistas à redução de emissões de material particulado e gases de efeito estufa, à conservação da biodiversidade e à redução da extensão e severidade dos incêndios florestais, respeitado o uso tradicional e adaptativo do fogo e em conformidade com os objetivos estabelecidos pelo órgão gestor da área a ser manejada;

V - Plano Operativo de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (PPCIF): documento de ordem prático-operacional para gestão de recursos humanos, materiais e de apoio para a tomada de decisão no desenvolvimento de ações de prevenção e de combate aos incêndios florestais, que tem como propósito definir, objetivamente, estratégias e medidas eficientes, aplicáveis anualmente, que minimizem o risco de ocorrência de incêndios florestais e seus impactos em uma área definida;

VI - Poda: consiste na eliminação de parte dos ramos vegetativos e reprodutivos de uma planta, visando uma forma e produção adequadas à finalidade desejada;

VII - Roçada: corte manual ou mecanizado de vegetação arbustiva ou herbácea nas faixas de domínio das rodovias, com respectiva manutenção;

VIII - Sistema de comunicação e alerta para acionamento rápido de equipes locais de combate a incêndios: conjunto de tecnologias, processos e protocolos específicos para transmitir informações críticas e alertas de forma rápida, eficiente e confiável a um público-alvo, com o objetivo de garantir segurança, integridade ou resposta a eventos específicos.

Parágrafo único - Em caso de conflito entre as definições do caput e os contratos em vigor, sejam os de concessão ou de serviços, prevalecerão as disposições contratuais.

Artigo 3º - Fica instituída a Comissão de Prevenção, Preparação e Combate a Incêndios em Rodovias (CPPCIR), responsável por propor ações, obras e serviços voltados à prevenção, preparação e combate a incêndios na Faixa de Domínio e no entorno imediato da malha rodoviária do Estado de São Paulo, composta por representantes, titular e suplente, das seguintes instituições:

I - 1 (um) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL);

II - 1 (um) da Secretaria de Estado de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo (SPI);

III - 1 (um) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA);

IV - 1 (um) da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal);

V - 1 (um) do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER/SP);

VI - 1 (um) da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP);

VII - 1 (um) da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE/SP);

VIII - 1 (um) da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo;

IX - 1 (um) da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (Defesa Civil);

X - 1 (um) do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP);

XI - 1 (um) da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB);

XII - 1 (um) membro representando todas as Concessionárias de rodovias;

XIII - 1 (um) da Polícia Militar Rodoviária do Estado de São Paulo.

§ 1º - Compete à CPPCIR:

1 - determinar ações emergenciais e a adoção de medidas preventivas e preparativas no período anterior ao período crítico de seca, compreendido entre abril e maio, e determinar ações emergenciais para o período crítico da seca, compreendido entre 1º de junho e 31 de outubro de cada ano;

2 - monitorar permanentemente a situação dos incêndios nas rodovias paulistas por meio de dados pelos responsáveis da operação;

3 - coordenar, junto aos órgãos competentes, o compartilhamento de equipamentos e de equipes de combate a incêndio presentes em uma mesma região;

4 - encaminhar à ARTESP e à SPI, no caso de rodovias concedidas, ou ao DER/SP, no caso das demais rodovias, os dados, eventuais projetos funcionais, orçamentos e cronogramas físico-financeiros das intervenções necessárias à prevenção, preparação e combate a incêndios, nos termos desta Portaria, para as providências dentro de suas respectivas competências.

§ 2º - A CPPCIR deliberará por maioria simples de votos, sendo reservado:

1 - à SPI, o direito de acolher ou não as deliberações que impactem as rodovias concedidas, nos casos de ações e medidas não previstas contratualmente;

2 - à SEMIL, o direito de acolher ou não as deliberações que impactem as demais rodovias sob gestão do DER/SP.

§ 3º - Compete especificamente à ARTESP:

1 - sediar as reuniões, centralizar o monitoramento e coordenar os trabalhos da CPPCIR;

2 - apurar eventual impacto no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão por ações emergenciais determinadas na forma do item "1" do § 1º deste artigo, observadas as obrigações ordinárias do contrato;

3 - instruir, para decisão do poder concedente, quando o caso, processos de inclusão de investimentos referentes às obras e serviços que tenham sido encaminhados na forma do item "4" do § 1º deste artigo.

Artigo 4º - Poderão ser implementadas as seguintes medidas de prevenção, preparação e combate a incêndios, sem prejuízo de outras a serem estudadas pela CPPCIR e implementadas pelo DER/SP e pelas Concessionárias de rodovias:

I - Emitir comunicado prévio aos usuários da via e proprietários confrontantes, contendo a data, horário de início e local, quando houver atividade programada de uso de fogo como ferramenta para a redução de material combustível vegetal e para a prevenção de incêndios florestais;

II - Realizar a gestão e revisão dos pontos críticos de monitoramento, dos sistemas de comunicação e alerta para acionamento rápido de brigadas rodoviárias e pelo CBPMESP, de acordo com o nível de gravidade da ocorrência e a relevância ambiental, tais como margens de unidade de conservação e espaços especialmente protegidos;

III - Implantar e manter aceiros nas áreas prioritárias, estabelecidas por esta Portaria, na seguinte conformidade:

a) medir 03 metros de largura em divisas com propriedades rurais, nos trechos em que o confronto do DER/SP se der com área de produção rural, partindo do limite da faixa de domínio em direção à rodovia;

b) medir 06 metros de largura em divisas com propriedades rurais, nos trechos em que o confronto se der com vegetação nativa, Áreas de Preservação Permanente e reservas legais, partindo do limite da faixa de domínio em direção à rodovia;

c) medir 06 metros de largura em divisas com Unidade de Conservação e outras áreas protegidas sob gestão da Fundação Florestal, exceto em Áreas de Proteção Ambiental, partindo do limite da faixa de domínio em direção à rodovia;

d) medir 15 metros de largura em divisas com aglomeração residencial ou industrial, partindo do limite da faixa de domínio em direção à rodovia.

IV - Manter mecanismos de vigilância e monitoramento das áreas caracterizadas como críticas e vulneráveis a incêndios, bem como acompanhamento meteorológico constante, que permita avaliar previamente a correlação entre a condição climática e possíveis focos de incêndio, integrando-se ao monitoramento via satélite e o Centro de Comando Operacional (CCO) e mapas de calor;

V - Viabilizar a capacitação de funcionários, colaboradores e terceirizados para ações de prevenção e de preparação para o combate aos incêndios oferecidos pelo CBPMESP, pela Defesa Civil, ou por entidade pública ou privada devidamente credenciada;

VI - Manter equipamentos de prevenção e combate a incêndios em pleno estado de uso, os quais compreendem a obrigação de manutenção de frota de veículos adaptados e equipados para atendimentos de eventos na malha rodoviária do Estado de São Paulo;

VII - Implementar brigadas de combate a incêndios em Faixa de Domínio nas áreas de sua competência, devidamente cadastradas junto ao Sistema Estadual de Atendimento de Emergências (SEAE);

VIII - Manter as bases de apoio às situações emergenciais com tempo de resposta adequado, sobretudo em períodos críticos, como o Sistema de Atendimento ao Usuário (SAU) nas rodovias concedidas, com equipes capacitadas e com equipamento adequado para atuação ativa em ocorrências na área de atuação, como a possibilidade de incêndio na faixa de domínio;

IX - Ter acesso a ponto de captação de água, reservatório natural ou artificial de água, mediante procedimento célere e emergencial a ser outorgado pela Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas), com capacidade para abastecimento de equipamento e veículo de transporte e lançamento de água para combate a incêndios, caso não haja obrigação no contrato de concessão sobre existência de reservatório de água presente no SAU;

X - Revisar e implementar o Plano de Manejo Integrado do Fogo (PMIF) e o Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios (PPCI), conforme exigências e prazos constantes na legislação em vigor;

XI - Prestar apoio, dentro de suas possibilidades, de ofício ou quando solicitado por agente público ou privado responsável por ação de prevenção ou combate a incêndio no território sob sua responsabilidade, entorno e área prevista em PMIF e PPCI vigente;

XII - Possuir e manter atualizado mapa que indique a geolocalização das áreas sob sua responsabilidade com maior propensão a ocorrência de incêndios, indicando a prioridade na prevenção de incêndios, utilizando-se como base as diretrizes de área e época de risco, conforme a Operação São Paulo Sem Fogo;

XIII - Realizar roçada de cerca a cerca em áreas prioritárias, notadamente naqueles previstos no Anexo e nas atualizações das áreas indicadas no Item XII acima, ou com utilização própria para análise de risco, com a possibilidade de uso de técnicas de regulação de crescimento da vegetação ou de ervas daninhas condicionado ao Plano de Manejo Integrado aprovado, com o recolhimento da massa verde como forma de redução da biomassa (material combustível) disponível nas fases amarela e vermelha da Operação São Paulo Sem Fogo.

§ 1º A disponibilização de acesso de pontos de captação e reservatórios de água mencionados no inciso IX do caput, quando necessários, deverá ser realizada dentro de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação desta norma.

§ 2º - No âmbito das rodovias concedidas, caberá à ARTESP e à SPI adotar as medidas para implementação da presente Portaria junto às concessionárias de rodovias.

§ 3º - Qualquer uso de fogo como medida preventiva deve ser autorizado pela autoridade ambiental competente.

Artigo 5º - As disposições do Artigo 4º aplicam-se:

I - às áreas prioritárias para prevenção, conforme mapa temático constante do Anexo, divulgado na Infraestrutura de dados espaciais ambientais do Estado de São Paulo (DATAGEO), ou através de metodologia própria para análise de risco, bem como nas bases geolocalizadas com maior propensão a ocorrência de incêndios, atualizadas conforme Item XII do Artigo 4º;

II - aos equipamentos e às equipes capacitados para atuar, os quais poderão ser compartilhados, conforme necessidade, entre operadores situados em uma mesma região.

Artigo 6º - Os mapas das áreas prioritárias, constantes no Anexo desta Portaria, serão atualizados conforme a periodicidade definida pela Comissão.

Artigo 7º - A não implementação das ações de prevenção e de combate aos incêndios florestais, conforme deliberado pela CPPCIR, sujeitará os responsáveis à notificação pelos órgãos de fiscalização competentes, para que promovam o atendimento das medidas determinadas no prazo de 30 (trinta) dias, ou em outro prazo que venha a ser fixado.

Parágrafo único - O descumprimento do disposto no caput, sem prejuízo das demais sanções e medidas cabíveis, ensejará a aplicação da penalidade prevista no Artigo 56-A da Resolução SIMA nº 05, de 18 de janeiro de 2021.

Artigo 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, na data da assinatura digital.

NATÁLIA RESENDE

RAFAEL BENINI

Secretário de Parcerias em Investimentos

ANDRÉ ISPER RODRIGUES BARNABÉ

Diretor-Presidente

Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP

(Processo SEI nº 134.00023958/2025-74)

ANEXO — MAPA DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

